



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa**

**6 de julho de 2017**

**Ata da Septuagésima Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia seis do mês de julho, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Eli Borges, Primeiro-Secretário e Olyntho Neto, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jorge Frederico, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Wanderlei Barbosa e a Senhora Deputada Solange Duailibe. Após



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

a leitura do Texto Bíblico, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Nilton Franco. Em seguida, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Olyntho Neto. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 115/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a isenção da carga tributária do ICMS sobre equipamentos de adaptação, acessibilidade e locomoção para pessoas com deficiências físicas, mentais e visuais no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 116/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui a aplicação de sanções à instituição credora (bancos, financeiras e afins) que não informar a baixa de gravame sobre veículo automotor nos prazos legalmente fixados”; e Ofício oriundo do Banco do Brasil, solicitando que sejam realizados ajustes na minuta do Projeto de Lei número 48/2016, encaminhado a esta Casa de Leis. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão para Reunião Extraordinária das Comissões, pelo prazo de até uma hora reabrindo-a às doze horas e quarenta e sete minutos. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 1.531 a 1.540. Em seguida, foi aprovada a



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

urgência do Requerimento que recebeu o número 1.531, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 1.529, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para inclusão e apreciação nesta Ordem do Dia, os Processos números: 44/2016, 358/2016 e 3/2017; o qual foi aprovado. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Zé Roberto e Paulo Mourão. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 1.530, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números: 160/2015, 7/2017, 139/2017, 150/2017 e 154/2017; o qual foi aprovado. Na Ordem do Dia, foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 24/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Guaraí o uso da área de terreno urbano que especifica”, que deu origem ao Processo número 256/2016; 43/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

sobre o Sistema de Cultura do Tocantins – SC/TO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 38/2016; 48/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S/A., e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 139/2017; 271/2016, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “dispõe sobre os serviços de *Call Center* de empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, água e saneamento no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 228/2016; 20/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara as refeições chambari, panelada e buchada, patrimônio cultural e gastronômico do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 11/2017; 43/2017; de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Militares de Arraias do Estado do Tocantins – AMA”, que deu origem ao Processo 54/2017; 48/2017, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “modifica a Lei número 1.017, de 20 de novembro de 1998, que dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Tocantins, e dá outras providências, adequando à Constituição Federal e ao artigo 58 da Constituição Estadual,



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

modificada pela resolução número 30/2016 nos itens I, V e §3º”, que deu origem ao Processo número 154/2017; 75/207, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Cooperação Solidária – ICAT, localizado no município de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 141/2017; 91/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Samuray de Artes e Cultura-Asac, com atividade em Araguaína”, que deu origem ao Processo número 128/2017; 94/2017, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Sul do Rio Sono-TO – Aprorios”, que deu origem ao Processo 143/2017; 95/2017, de autoria do Senhor Deputado Jaime Café, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Cabeceira Redonda e Loteamento Porteira”, que deu origem ao Processo número 142/2017; 108/2017, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Tratamento e Reinserção Social de Araguaína”, que deu origem ao Processo número 156/2017; 348/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “dispõe sobre a reserva de vagas para o primeiro emprego nas empresas prestadoras de serviços ao Estado do Tocantins, assim como nas concessionárias e



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

permissionárias de serviços públicos estaduais, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 7/2017; e 1/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores do quadro de Provimento Efetivo da Defensoria do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 150/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Processo número 160/2015, referente ao Projeto de Lei número 21/2015, de 18 de março de 2015, apensado aos Processos números 89/2017 e 310/2016, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto e da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco, que “institui o sistema de reuso da água da chuva no Estado do Tocantins, para utilização não potável em condomínios, clubes, entidades, conjuntos habitacionais e demais imóveis residenciais, industriais e comerciais”, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 1.503, 1.504, 1.499, 1.505, 1.506, 1.507, 1.508, 1.509, 1.510, 1.511, 522 a 525, 516, 417, 418, 419, 420, 413, 414 a 416, 1.375, 500, 501, 502, 503 a 505, 506, 507 a 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 453, 410, 411, 412, 517, 518, 519, 520, 521, 463 a 476, 477, 478 a 487,



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

459, 460, 461, 462, 526, 454, 455, 456, 457, 458, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 528 e 529, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às catorze horas e vinte e quatro minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*